



Prefeitura do Município de Vargem

DECISÃO ADMINISTRATIVA

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Eletrônico nº 001/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1303/2025

REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

OBJETO: Registro de Preços para eventual e futura aquisição de uniformes escolares para os alunos da rede municipal de ensino de Vargem

IMPUGNANTE: LKS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MEIAS LTDA, CNPJ: 10.891.529/0001-04

IMPUGNADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM/SP

I. RELATÓRIO

Trata-se de impugnações apresentadas pela empresa LKS Indústria e Comércio de Meias LTDA, em face do Edital do Pregão Eletrônico nº 001/2026, que objetiva o registro de preços para aquisição de kits de uniformes escolares.

A impugnante sustenta, em síntese, duas irregularidades no edital:

1. **Prazo de Entrega Exíguo:** Alega que o prazo de 15 (quinze) dias para a entrega dos produtos é insuficiente, o que restringiria a competitividade ao favorecer fornecedores locais, e solicita a sua dilação para 30 (trinta) dias.
2. **Agrupamento de Itens em Lote Único:** Questiona o agrupamento de itens de naturezas distintas (como camisetas, bermudas e meias) em um único lote, o que, segundo a empresa, limita a participação de fornecedores especializados em apenas um dos itens. Requer o desmembramento do lote, com a criação de um item específico para "meias/meião".



Prefeitura do Município de Vargem

O edital, em seu Anexo I (Termo de Referência), estabelece as especificações dos kits de uniformes e as condições de entrega.

É o breve relatório. Passo a decidir.

II. FUNDAMENTAÇÃO

As impugnações foram tempestivamente apresentadas, nos termos do art. 164 da Lei nº 14.133/2021 e do item 2.3 do edital. Análise, a seguir, o mérito de cada um dos pontos questionados.

a. Análise do Prazo de Entrega

A impugnante alega que o prazo de 15 dias para a entrega dos uniformes é inexecutável e restringe a competitividade.

Contudo, a definição do prazo de entrega insere-se no âmbito da **discrecionabilidade administrativa**, cabendo ao gestor público fixá-lo conforme a necessidade e a urgência da demanda, desde que de forma razoável e justificada. No presente caso, a aquisição de uniformes escolares visa atender os alunos da rede municipal no início do ano letivo, sendo a celeridade na entrega um fator essencial para o cumprimento do calendário escolar e para garantir que os estudantes recebam os uniformes em tempo hábil.

A jurisprudência pátria reconhece a prerrogativa da Administração em estabelecer os prazos que melhor atendam ao interesse público, desde que não haja restrição indevida à competição. A esse respeito:

- O **Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG)**, em caso análogo, decidiu que "compete à Administração Pública, em cada caso, sob juízo de discrecionabilidade, a prerrogativa de estabelecer o prazo para a entrega do objeto licitado, considerando a ampla competitividade do certame" (TCE-MG - DEN:



Prefeitura do Município de Vargem

1141432, Relator: CONS. WANDERLEY ÁVILA, Data de Julgamento: 26/09/2023).

- O **Tribunal de Contas da União (TCU)** já se manifestou no sentido de que prazos reduzidos, quando justificados pela necessidade da Administração, não configuram, por si sós, uma irregularidade, devendo cada caso ser analisado concretamente (TCU - DENÚNCIA (DEN): 17772024).

O prazo de 15 dias, embora demande organização por parte do fornecedor, não se mostra desarrazoado ou inexecutável para empresas que atuam no ramo de confecção e distribuição de uniformes, sendo um período condizente com a natureza do objeto licitado. A alegação de que tal prazo beneficiaria apenas fornecedores locais não se sustenta, uma vez que a logística de entrega é uma variável competitiva inerente a qualquer processo licitatório de âmbito nacional.

Portanto, o prazo estipulado no edital é **razoável, proporcional e atende ao interesse público**, não havendo que se falar em restrição à competitividade.

b. Análise do Agrupamento de Itens em Lote Único

A impugnante contesta o agrupamento de todos os itens do uniforme escolar em um único lote, requerendo o parcelamento do objeto, especificamente para o item "meias".

A regra geral nas licitações é o parcelamento do objeto, visando ampliar a competitividade, conforme o art. 40, § 2º, da Lei nº 14.133/2021 e a Súmula nº 247 do TCU. Contudo, a própria legislação e a jurisprudência admitem exceções, permitindo a adjudicação por preço global quando, por razões técnicas ou econômicas, a medida se mostrar mais vantajosa para a Administração.

No caso em tela, o agrupamento dos itens em um único lote (kit uniforme) justifica-se pelos seguintes motivos:

1. **Vantagem Logística e de Gestão:** A aquisição de um kit completo de um único fornecedor simplifica o recebimento, a conferência e a distribuição dos uniformes



Prefeitura do Município de Vargem

aos milhares de alunos da rede municipal, otimizando a gestão do contrato e reduzindo custos operacionais para a Administração.

2. **Padronização e Harmonia Visual:** A contratação de uma única empresa garante a uniformidade de cores, tecidos e qualidade entre todas as peças que compõem o uniforme, preservando a identidade visual e a padronização para todos os alunos.
3. **Economia de Escala:** O agrupamento tende a gerar propostas economicamente mais vantajosas, uma vez que o volume total da contratação se torna mais atrativo para os fornecedores, que podem oferecer melhores preços pelo conjunto.
4. **Produtos da mesma família:** Os lotes estão divididos em produtos da mesma família e estar autorizado a participação de empresas agrupadas em consórcio, garantindo assim a ampla concorrência e a economicidade.
5. O lote unico, prioriza a entrega efetiva de todas as peças de uma só vez, e evita o risco de entrega parcelada de itens que compõe o kit de uniforme

A jurisprudência corrobora a legalidade do agrupamento quando devidamente justificado:

- O **Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR)** já decidiu que "a decisão administrativa que define a forma de agrupamento dos itens em licitação, incluindo a opção por lote único, está inserida na discricionariedade da Administração Pública e não é passível de controle judicial, salvo em casos de flagrante ilegalidade" (TJ-PR 00374372020248160000).
- O **TCU** entende que o não parcelamento do objeto é possível quando há justificativa técnica e econômica que demonstre ser essa a opção mais vantajosa, afastando a regra da Súmula 247 (TCU - REPRESENTAÇÃO (REPR): 15892024).



Prefeitura do Município de Vargem

A natureza do objeto — Uniforme Escolar — pressupõe a aquisição conjunta das peças que o compõem. O parcelamento, neste caso, poderia levar a dificuldades de padronização e a um aumento dos custos administrativos, contrariando o princípio da eficiência.

Dessa forma, a decisão pelo agrupamento dos itens em lote único está devidamente **justificada técnica e economicamente**, não representando prejuízo à competitividade do certame, mas sim uma busca pela proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

III. DECISÃO

Diante do exposto, com base na análise técnica e na fundamentação jurídica apresentada, **DECIDO** pelo **INDEFERIMENTO TOTAL** das impugnações apresentadas pela empresa LKS Indústria e Comércio de Meias LTDA, mantendo-se inalterados todos os termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 001/2026.

Determino, por conseguinte, o **prosseguimento do certame licitatório**, com a data de abertura da sessão pública mantida para o dia 30 de janeiro de 2026.

Publique-se a presente decisão nos mesmos meios em que foi divulgado o edital, para conhecimento de todos os interessados.

Vargem/SP, 26 de janeiro de 2026.

Claudio Donizeti Tavella Filho

Secretário Municipal de Educação